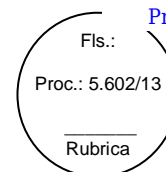


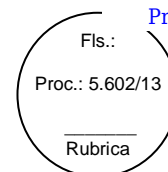
RELATÓRIO PRÉVIO DE AUDITORIA

Auditoria de Regularidade, incluída no PGA de 2013, com o objetivo de verificar a existência de despesas sem cobertura contratual no Complexo Administrativo do DF, buscando identificar suas causas, abrangência no âmbito distrital e as medidas efetivamente adotadas para solucionar o problema. (Fiscalização nº 1.3007.13)



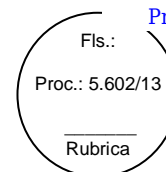
RESUMO

A presente auditoria de regularidade foi realizada no âmbito do Complexo Administrativo do DF, com o objetivo de verificar a existência de despesas sem cobertura contratual, buscando identificar suas causas, abrangência na esfera distrital e as medidas efetivamente adotadas para solucionar o problema. Foram aplicadas as seguintes técnicas de auditoria: requisição formal de documentos, análise documental, entrevistas informais e extração de informações em banco de dados. Os trabalhos desenvolvidos resultaram nos seguintes achados: Realização de despesas sem cobertura contratual na Secretaria de Saúde; As medidas saneadoras adotadas pela SES não foram suficientes para resolver definitivamente as despesas sem cobertura contratual.; e Contabilização incorreta de despesas.



Sumário

1	Introdução	1
1.1	Apresentação.....	1
1.2	Identificação do Objeto.....	1
1.3	Contextualização.....	1
1.4	Objetivos	6
1.4.1	Objetivo Geral	6
1.4.2	Objetivos Específicos.....	6
1.5	Escopo.....	6
1.6	Montante Fiscalizado	6
1.7	Metodologia	6
1.8	Critérios de auditoria	12
1.9	Avaliação de Controle Interno	13
2	Resultados da Auditoria.....	14
2.1	QA 1 – Afora o legalmente autorizado, são realizadas despesas sem amparo contratual, de forma abrangente, no Complexo Administrativo do DF?	14
2.1.1	Achado 1 – Realização de despesas sem cobertura contratual na Secretaria de Saúde	15
2.2	QA 2 – Caso identificadas despesas sem cobertura contratual, os órgãos vêm tomando medidas para solucionar o problema?	16
2.2.1	Achado 2 – As medidas saneadoras adotadas pela SES não foram suficientes para resolver definitivamente as despesas sem cobertura contratual.	17
2.3	Outros Achados	19
2.3.1	Achado 3 – Contabilização incorreta de despesas	19



1 Introdução

1.1 Apresentação

Trata-se de Auditoria de Regularidade realizada no Complexo Administrativo do Distrito Federal, em cumprimento ao PGA/2013, aprovado pela Decisão nº 96/2012-ADM (fls. 2).

2. A execução da presente auditoria ocorreu no período de 18/09/13 a 13/11/13.

1.2 Identificação do Objeto

3. O objeto da auditoria versa sobre despesas realizadas sem cobertura contratual no complexo administrativo do DF, especificamente aquelas ocorridas nos exercícios de 2012 e 2013.

4. De acordo com o Decreto nº 32.716/2011 e alterações posteriores, o Complexo Administrativo do Distrito Federal é composto por 104 órgãos e entidades, sendo 77 da administração direta, e 27 da administração indireta¹. Esse conjunto administrativo, no que diz respeito à execução orçamentária, era composto de um conjugado de 219 Unidades Gestoras de recursos públicos distritais nos exercícios de 2012 e 2013.

1.3 Contextualização

5. Transcorridos alguns anos da “Operação Caixa de Pandora”, deflagrada ao final do ano de 2009, na qual se identificaram graves desvios provenientes da realização de despesas sem cobertura contratual, buscou-se com essa auditoria identificar se havia permanência desta irregularidade, bem como diagnosticar suas causas.

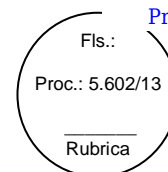
6. Grande parte desses gastos era reconhecida como dívidas de exercícios anteriores, principalmente por prestação de serviços de empresas de informática. O pagamento desses passivos era feito com recursos públicos provenientes de dotações orçamentárias dos órgãos e entidades do GDF.

7. Dessa forma, o presente processo foi autuado para análise das despesas realizadas sem cobertura contratual no complexo administrativo do DF e suas causas na forma de auditoria de regularidade constante do Plano Geral de Ação 2013 (PGA/2013)².

8. Esperava-se avaliar, caso confirmada a existência de despesas sem

¹ Decreto nº 32.716/11.

² Aprovado pela Decisão nº 96/2012-ADM.



cobertura contratual, se esse problema seria sistêmico (ramificado em todo GDF). Além disso, buscou-se identificar suas causas e eventuais medidas para solucionar o problema.

9. Sobre o objeto, julga-se importante enfatizar as lições de Marçal Justen Filho³:

“O contrato administrativo se caracteriza por ser um vínculo jurídico formado pela manifestação de vontade consensual entre pelo menos duas partes, sendo pelo menos uma delas integrante da Administração Pública, sujeito ao regime de Direito Público e tendo por objeto uma prestação economicamente avaliável, consistente em um dar, fazer ou não fazer.

(...)

Através do contrato, o sujeito de direito institui uma auto-regulamentação da conduta. Criam-se normas jurídicas para o caso concreto, cuja fonte imediata não é a lei.”

10. O contrato administrativo é um acordo bilateral, e sua formalização gera direitos e deveres para ambas as partes, sendo, portanto, o meio mais adequado para resguardar a Administração Pública quanto ao efetivo cumprimento dos termos pactuados.

11. De acordo com o art. 62 da Lei nº 8.666/93, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

12. Já o § 4º do artigo supra, informa que é dispensável o “termo de contrato” e facultada a sua substituição, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

13. Sobre esse tema, importante destacar a Decisão nº 6097/1997, constante do Processo TCDF nº 2330/1997:

³ FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª ed., São Paulo, Dialética, 2010. p. 699.



*“O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, ao tomar conhecimento do Edital de Concorrência nº 002/97 e dos documentos acostados às fls. 29/30 dos autos, decidiu: I) relevar a falha apontada pela instrução, referente à ausência da minuta de contrato; II) **alertar a Fundação Educacional no sentido de que as compras com entrega imediata e integral dos bens que resultarem em obrigações futuras, inclusive assistência técnica, não estão contempladas na exceção prevista no art. 62, § 4º, da Lei nº 8.666/93, e, portanto, deverão ser formalizadas por meio de Termo de Contrato;** III) determinar àquela jurisdicionada que, nas licitações futuras, anexe aos respectivos editais a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor, de modo a cumprir o disposto no art. 40, § 2º, inciso III, do Estatuto Fundamental das Licitações e Contratos; IV) autorizar o retorno dos autos à Inspeção própria, para que se dê continuidade ao acompanhamento dos demais procedimentos relativos à Concorrência nº 002/97.” (grifo nosso).*

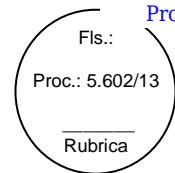
14. Ainda, a ausência da formalização contratual quando era obrigatória a obediência ao parágrafo único do art. 60 da Lei de Licitações e Contratos, in verbis:

“Art. 60, Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea “a” desta Lei, feitas em regime de adiantamento.”

15. De registrar que a Corte, no Processo nº 25831/2007, que tratou de tema semelhante, por meio da Decisão nº 1121/2009, determinou que grande parte das Secretarias e Administrações Regionais apresentasse justificativas e tomasse providências necessárias para regularizar a prestação dos serviços sem cobertura contratual. Destaca-se abaixo uma pequena parte da Decisão supracitada:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento dos documentos anexados aos autos, fls. 06/1092; II. determinar aos jurisdicionados relacionados a apresentação de justificativas acerca dos tópicos:

*a) **CODEPLAN: valores despendidos com a prestação de serviços de portaria, limpeza e conservação e locação de equipamentos de informática sem cobertura contratual,***



comprovando a compatibilidade dos preços pagos com os valores de mercado e encaminhando documentação comprobatória do efetivo pagamento;

b) JARDIM BOTÂNICO: *atual estágio do Processo nº 195.000.057/2007 (que cuida da apuração do valor da dívida com a empresa LINKNET relativa aos serviços prestados sem cobertura contratual) e o resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão de sindicância noticiada no Ofício nº 058/2007-SUAG/JBB; (...)*

d) REGIÃO ADMINISTRATIVA DO CRUZEIRO: *andamento da licitação tendente à contratação dos serviços de telefonia fixa e, também, informação acerca da continuidade ou não da prestação de tais serviços sem cobertura contratual, a compatibilidade dos valores pagos com os preços de mercado, encaminhando documentação comprobatória do efetivo pagamento;*

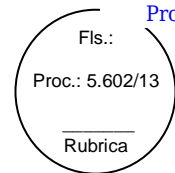
e) SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO: *atual estágio da licitação destinada à contratação dos serviços de infra-estrutura de rede lógica (Processo nº 360.000.615/07), informações detalhadas acerca das providências adotadas para regularizar a prestação dos serviços sem cobertura contratual (locação de equipamentos de informática e instalação de mobiliário);*

f) CEASA: *providências adotadas para substituição dos serviços que foram cancelados pela ausência de cobertura contratual (telefonia móvel, serviços de brigada de incêndio, vigilância e aluguel de máquina copiadora), informação acerca do atual estágio da sindicância noticiada no Ofício nº 06/2007-GERAD; (...)*

i) REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CANDANGOLÂNDIA: *atual estágio da licitação para os serviços de telefonia móvel (Processo nº 147.000.210/2007) e justificativas para a manutenção da linha telefônica que atende ao Administrador Regional sem cobertura contratual;*

j) SECRETARIA DE CULTURA: *atual estágio do procedimento licitatório para contratação dos serviços de tecnologia da informação (Processo nº 150.000.784/2007) e do Processo nº 150.001.241/2007, que trata da análise da prestação de serviços sem cobertura contratual;*

k) CEB: *atual estágio das medidas adotadas para regularização dos serviços de telefonia fixa BrT, Telefonia Móvel TIM, Comunicação de dados Frame Relay, canal de voz e 0800 para o Centro de Operação do Sistema Elétrico e demonstração de que os valores praticados quando da ausência de cobertura contratual eram compatíveis com os preços de mercado;*



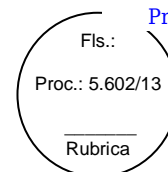
*l) SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO: atual andamento dos procedimentos licitatórios para contratação dos serviços de informática com equipamentos e manutenção, **informação acerca do efetivo pagamento dos serviços que foram realizados sem cobertura contratual**, demonstrando a compatibilidade dos preços com os valores de mercado;*

m) SEPLAG: esclarecer se houve suspensão dos serviços de segurança armada, limpeza e conservação e locação de veículos que estavam sendo prestados sem cobertura contratual e se tais serviços foram efetivamente pagos; (...) (grifo nosso)."

16. Importante ressaltar que as análises das contas de governo dos anos de 2010, 2011 e 2012 fizeram menção aos gastos sem cobertura contratual realizados no âmbito do GDF.

17. O Processo nº 17709/10 também abordou o assunto, em sede de consulta formulada pelo Procurador Geral do Distrito Federal, culminando com a Decisão nº 437/11, transcrita abaixo:

"O Tribunal, por maioria, acolhendo voto da Conselheira MARLI VINHADELI, fundamentado em sua declaração de voto, elaborada nos termos do art. 71 do RI/TCDF, decidiu: I. tomar conhecimento da Consulta formulada pelo Procurador-Geral do Distrito Federal, dos documentos anexos e da informação do órgão técnico; II. informar ao Procurador-Geral do Distrito Federal que: a) o pagamento de despesas de exercícios anteriores efetuados pelos órgãos e entidades incluídos nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social deverá respeitar o que dispõe a legislação a respeito, em especial os arts. 37 e 63 da Lei nº 4.320/64 e 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94, destacando que a fundamentação insuficiente ou impertinente no ato de reconhecimento de dívida poderá levar à responsabilização civil, penal e administrativa dos responsáveis; b) o fornecimento de serviços, obras e bens sem cobertura contratual, fora das hipóteses ressalvadas em lei, dará ao fornecedor o direito a ser indenizado somente pelo que aproveitou à Administração, retirando-se quaisquer lucros ou ressarcimentos pelos demais gastos, sem prejuízo de responsabilização do gestor que der causa à despesa em desconformidade com a lei; c) não poderá alegar boa-fé o particular que fornece bens, obras ou serviços sem respeitar disposição legal vigente, em especial o art. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93; III. autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Informação nº 10/2010–CICE/AT, do Parecer nº 1190/10–MF e da declaração de voto da Conselheira MARLI VINHADELI ao Procurador-Geral do Distrito Federal e aos demais órgãos e entidades jurisdicionadas desta Corte, em subsídio a esta decisão; b) o arquivamento dos autos. Parcialmente vencidos o Relator, que manteve o seu voto, e os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO e RENATO RAINHA, que



seguiram o voto da Revisora, substituindo a redação da alínea "a" do item II pela da alínea "a" do item I do parecer do Ministério Público junto à Corte. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o Relatório/voto da Revisora, Conselheira MARLI VINHADELI."

18. Considerando esse número de casos identificados pelo Tribunal, decidiu-se por realizar a presente auditoria.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

19. Verificar a existência de despesas sem cobertura contratual no complexo administrativo do DF nos exercícios de 2012 e 2013, buscando identificar suas causas, abrangência no âmbito distrital e as medidas efetivamente adotadas para solucionar o problema.

1.4.2 Objetivos Específicos

20. As questões de auditoria estão assim definidas:

1. Afora o legalmente autorizado, são realizadas despesas sem amparo contratual, de forma abrangente, no Complexo Administrativo do DF?
2. Caso identificadas despesas sem cobertura contratual, os órgãos vêm tomando medidas para solucionar o problema?

1.5 Escopo

21. Constituiu escopo da presente auditoria a análise das despesas realizadas (liquidadas) com os eventos relacionados com despesas sem cobertura contratual (tabelas dos parágrafos 24 e 25), verificando se estavam enquadradas nas exceções elencadas em lei para a não emissão de termo contratual.

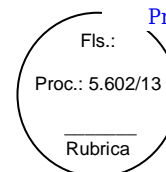
22. O período em exame abrangeu os exercícios de 2012 e 2013.

1.6 Montante Fiscalizado

23. Os empenhos selecionados por meio de extração em banco de dados vinculado ao SIAC/SIGGO totalizam R\$ 825.923.346,30 (em valores originais – PT II e PT III).

1.7 Metodologia

24. De forma a levantar os valores gastos pelo GDF em despesas sem cobertura contratual, realizou-se pesquisa à tabela de eventos contábeis no SIGGO (Sistema Integrado de Gestão Governamental) e constatou-se que existem eventos



que são específicos para realização de gastos sem amparo contratual no exercício corrente. A seguir:

EVENTO	DESCRIÇÃO
510021	APROPRIAÇÃO DE DESPESA COM AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ESTOQUE, NÃO VINCULADA A CONVÊNIOS COM TERCEIROS.
510034	APROPRIAÇÃO DE DESPESAS COM OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA PAGOS DIRETAMENTE A ESTA (EXCETO DESPESAS VINCULADAS A CONTRATOS, CONVÊNIOS).
510039	APROPRIAÇÃO DE DESPESAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PESSOAS JURÍDICAS (NÃO VINCULADAS A CONTRATOS E CONVÊNIOS).
510070	APROPRIAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL COM SERVIÇOS, TAIS COMO SERVIÇO DE CONSULTORIA (NÃO VINCULADAS A CONTRATOS E CONVENIOS COM TERCEIROS).
510074	APROPRIAÇÃO DE DESPESAS COM OBRAS E INSTALAÇÕES (NÃO VINCULADAS A CONTRATOS E CONVENIOS COM TERCEIROS).
510082	APROPRIAÇÃO DE DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, NÃO VINCULADAS A CONTRATOS E CONVENIOS.
510084	APROPRIAÇÃO DE DESPESAS COM IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (EXCETO DESPESAS VINCULADAS A CONTRATOS, CONVENIOS).
510639	APROPRIAÇÃO DE DESPESAS COM OPERAÇÕES ENTRE ÓRGÃOS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PESSOAS JURÍDICAS (NÃO VINCULADAS A CONTRATOS E CONVÊNIOS).

25. Considerando ainda que, no “modus operandi” identificado na “Operação Caixa de Pandora”, os gastos eram reconhecidos como despesas de exercícios anteriores (como visto nos Processos nsº 21983/09 e 6688/10), pesquisou-se também, nessa mesma tabela, os eventos contábeis específicos referentes ao reconhecimento de despesas de exercícios encerrados sem cobertura contratual, conforme demonstrado abaixo:



EVENTO	DESCRIÇÃO
510076	APROPRIAÇÃO DE DESPESA EXERCICIO ANTERIOR COM JUROS DE PARCELAMENTO DO INSS PARA AS QUAIS O ORÇAMENTO RESPECTIVO, CONSIGNAVA CRÉDITO PRÓPRIO, COM SALDO SUFICIENTE PARA ATENDÊ-LAS.
510088	APROPRIAÇÃO DE DESPESA EXERCÍCIOS ENCERRADOS COM CAPITAL EXCETO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE E OBRAS. PARA AS QUAIS O ORÇAMENTO RESPECTIVO, CONSIGNAVA CRÉDITO PRÓPRIO, COM SALDO SUFICIENTE PARA ATENDÊ-LAS.
510701	APROPRIAÇÃO DE DESPESA DE EXERCÍCIOS ENCERRADOS COM PESSOAL E ENCARGOS PARA AS QUAIS O ORÇAMENTO RESPECTIVO, CONSIGNAVA CRÉDITO PRÓPRIO, COM SALDO SUFICIENTE PARA ATENDÊ-LAS
510705	APROPRIAÇÃO DE DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIOR COM JUROS E ENCARGOS ACESSÓRIOS DE EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO CONTRATADOS JUNTO A CREDORES, DÍVIDA INTERNA E EXTERNA PARA AS QUAIS O ORÇAMENTO RESPECTIVO, CONSIGNAVA CRÉDITO PRÓPRIO, COM SALDO SUFICIENTE.
510720	APROPRIAÇÃO DE DESPESA DE EXERCÍCIOS ENCERRADOS PARA MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUÍTA, QUE ENTRAM NO ALMOXARIFADO, PARA AS QUAIS O ORÇAMENTO RESPECTIVO, CONSIGNAVA CRÉDITO PRÓPRIO, COM SALDO SUFICIENTE PARA ATENDÊ-LAS.
510722	APROPRIAÇÃO DE DESPESA DE EXERCÍCIOS ENCERRADOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, PARA AS QUAIS O ORÇAMENTO RESPECTIVO, CONSIGNAVA CRÉDITO PRÓPRIO, COM SALDO SUFICIENTE PARA ATENDÊ-LAS.
510723	APROPRIAÇÃO DE DESPESA DE EXERCÍCIOS ENCERRADOS EXCETO DESPESAS DE MATERIAL DE CONSUMO PARA AS QUAIS O ORÇAMENTO RESPECTIVO, CONSIGNAVA CRÉDITO PRÓPRIO, COM SALDO SUFICIENTE PARA ATENDÊ-LAS.

26. Importa esclarecer que o Decreto nº 32.598/2010, art. 34, estabelece que, no ato da celebração de convênios/contratos e outros instrumentos congêneres, bem como seus aditivos, as unidades gestoras deverão proceder ao cadastro e atualização no SIAC/SIGGO. Nesse processo, é informado o número do contrato, vigência e valores a executar. Dessa forma, a execução orçamentária da despesa (amparada em contrato) fica vinculada a contas contábeis no subsistema de compensação (chamadas de contas de controle).

27. Nas contas de controle são incluídos os saldos a executar do



contrato, que, para serem consumidos, exigem a utilização de evento contábil próprio para apropriação de despesas vinculadas a contratos ou convênios. Debitam e creditam as contas do subsistema de compensação alterando assim o saldo restante do ajuste.

28. Dessa forma, o SIGGO não permite execução orçamentária com utilização de evento contábil que preveja amparo contratual sem que haja anteriormente um cadastro do respectivo contrato, inclusive com saldo suficiente para tal. Consequentemente, é inviável a contabilização de despesa não validada por contrato, como se a mesma o fosse, pois no momento que se utilizar o evento vinculado ao termo contratual, o SIGGO não o encontrará e muito menos o saldo a consumir, bloqueando, automaticamente, a operação.

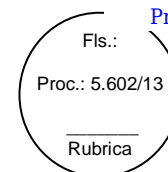
29. É importante acrescentar que os eventos que preveem a não vinculação a contratos e convênios foram criados exatamente para adaptar o sistema, no sentido de possibilitar a contabilização das despesas que legalmente dispensam assinatura de termo contratual. Sendo assim, são exceção à regra, que é a vinculação ao respectivo contrato.

30. Como exemplo, apresenta-se comparativo de eventos contábeis equivalentes em sua função, que mostram a mesma relação de contas contábeis, diferindo apenas no aspecto de contas de controle de execução contratual (contas destacadas):

EVENTO	DESCRIÇÃO	DÉBITO	CRÉDITO
51.0.082	APROPRIAÇÃO DE DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, NÃO VINCULADAS A CONTRATOS E CONVENIOS	1.4.2.1.2.92.XX	1.9.3.2.9.04.00
		2.9.2.1.3.01.00	2.9.2.1.3.02.00
		2.9.2.4.1.01.01	2.9.2.4.1.06.02
		2.9.2.4.1.06.01	2.9.2.4.1.07.02
		2.9.2.4.1.07.01	2.9.2.4.2.01.01
		2.9.2.8.3.01.00	2.9.2.8.3.02.00
		2.9.3.1.1.04.00	2.9.3.1.1.05.00
		2.9.3.2.4.00.00	2.9.3.4.3.12.03
		2.9.3.4.3.12.02	2.9.3.9.9.04.03
		2.9.3.9.9.04.02	6.2.2.1.3.03.00
		3.4.4.9.0.52.XX	6.2.2.5.3.02.00
		6.2.2.1.3.01.00	6.2.2.9.2.01.03
		6.2.2.5.3.01.00	6.2.2.9.2.06.02
		6.2.2.9.2.01.01	6.2.2.9.2.07.02
		6.2.2.9.2.06.01	8.2.1.1.1.01.03
		6.2.2.9.2.07.01	8.2.1.1.1.02.02
		7.8.1.0.0.00.00	8.2.2.1.1.06.00
		8.2.1.1.1.01.02	8.8.9.1.0.00.00
		8.2.1.1.1.02.01	9.6.1.3.1.02.01
		8.2.2.1.1.05.00	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



EVENTO	DESCRIÇÃO	DÉBITO	CRÉDITO
51.0.530	APROPRIAÇÃO DE DESPESA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE VINCULADA A CONTRATO DE FORNECIMENTO	1.4.2.1.2.92.XX	1.9.3.2.9.04.00
		2.9.2.1.3.01.00	2.9.2.1.3.02.00
		2.9.2.4.1.01.01	2.9.2.4.1.06.02
		2.9.2.4.1.06.01	2.9.2.4.1.07.02
		2.9.2.4.1.07.01	2.9.2.4.2.01.01
		2.9.2.8.3.01.00	2.9.2.8.3.02.00
		2.9.3.1.1.04.00	2.9.3.1.1.05.00
		2.9.3.2.4.00.00	2.9.3.4.3.12.03
		2.9.3.4.3.12.02	2.9.3.9.9.04.03
		2.9.3.9.9.04.02	6.2.2.1.3.03.00
		3.4.4.9.0.52.XX	6.2.2.5.3.02.00
		6.2.2.1.3.01.00	6.2.2.9.2.01.03
		6.2.2.5.3.01.00	6.2.2.9.2.06.02
		6.2.2.9.2.01.01	6.2.2.9.2.07.02
		6.2.2.9.2.06.01	8.2.1.1.1.01.03
		6.2.2.9.2.07.01	8.2.1.1.1.02.02
		7.8.1.0.0.00.00	8.2.2.1.1.06.00
		8.2.1.1.1.01.02	9.6.1.3.1.02.01
		8.2.1.1.1.02.01	8.8.9.1.0.00.00
		8.2.2.1.1.05.00	
		8.1.2.3.1.04.01	8.1.2.3.1.04.02

31. Abaixo, descrição das contas de controle em destaque:

Conta Contábil	Título da Conta Contábil
8.1.2.3.1.04.01	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS A LIBERAR
8.1.2.3.1.04.02	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS LIBERADO

32. Importa destacar que o SIGGO é operado por pessoas nas mais diversas Unidades Gestoras. Logo, suscetível a falhas/irregularidades ocasionadas por erro ou fraude, como qualquer outro sistema digital. Entretanto, não é esse o escopo da presente auditoria.

33. Diante do exposto, decidiu-se por realizar a seleção da amostra baseada nos eventos contábeis relacionados nos §§ 24 e 25.

34. Cabe destacar que os lançamentos contábeis oriundos dos eventos elencados englobam repasses financeiros entre órgãos, despesas de pessoal, além de despesas referentes à prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica e água e esgoto pela CEB e CAESB, respectivamente. Tais despesas, juntamente com outros gastos com empresas públicas distritais, adicionadas às operações intraorçamentárias⁴, foram desconsideradas do escopo desta auditoria.

⁴ "Operações intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do



35. Destaca-se, ainda, que considerando o constante na Lei nº 8.666/93, art. 62⁵, também foram excluídas do escopo da auditoria as despesas cujo somatório dos empenhos era inferior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para obras e serviços de engenharia e a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para compras e serviços comuns.

36. Os procedimentos e técnicas utilizados na execução da presente auditoria encontram-se registrados na Matriz de Planejamento de fls. 08/09, merecendo destaque a requisição formal de documentos, a análise documental, as entrevistas informais e a extração de informações em banco de dados.

37. Quanto à extração de informações em banco de dados, utilizando-se de filtro pelos eventos relacionados no § 25, chegou-se ao número de 8.569 notas de empenho em 2012 (PT – II) e 5.657 em 2013 (PT – III), correspondendo a R\$ 541.312.188,11 e R\$ 284.611.158,19, respectivamente.

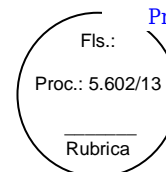
38. Porém ao se excluir as notas de empenhos cujos valores estejam abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e ainda excluir as despesas que se enquadram no perfil descrito no § 35, chegou-se aos seguintes números:

ANO	NÚMERO DE EMPENHOS	TOTAL EM R\$
2012	240 (PT IV, às fls. 56/77)	154.472.657,74
2013 (até agosto)	87 (PT V, às fls. 78/87)	25.351.485,57

39. Cabe destacar alguns pontos quanto às exclusões citadas no parágrafo anterior. Foram afastadas despesas com os seguintes fornecedores / credores: CEB, CAESB, empresas de telefonia, Bancos Públicos (BB, CEF, BRB), Ministérios do Governo Federal, INSS, folha de pagamento, estagiários (CIEE),

mesmo ente federativo; por isso, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos. As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de Aplicação “91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social” que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.” (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários – 5ª edição)

⁵ Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.



demais órgãos do GDF.

40. Além dessas despesas, foram excluídas as realizadas pela TCB, no que se refere à encampação das empresas do Grupo Amaral (Viação Valmir Amaral Ltda, Rápido Veneza Ltda e Rápido Brasília Transportes e Turismo Ltda), por força do Decreto nº 34.163 (fls. 53/54) e da Portaria Conjunta nº 03, da ST/DF e DFTRANS (fl. 55), ambos de 22 de fevereiro de 2013.

41. Ainda sobre as exclusões do escopo desta auditoria, destacam-se as despesas realizadas sem cobertura contratual pelo Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS, com as empresas Transdata Indústria e Serviços de Automação Ltda e Algar Tecnologia e Consultoria S/A, as quais foram objeto de análise no Processo nº 12102/12.

42. Foram suprimidas, ainda, aquelas realizadas pelo Fundo de Assistência à Saúde da CLDF, por entender que o perfil das despesas realizadas por esta UG, enquadra-se na categoria de indenizatórias por serviços médico-hospitalares prestados aos seus associados, os quais são realizados por meio de prévio convênio, funcionando como plano de saúde convencional.

43. De posse desses dados, decidiu-se enviar notas de auditoria aos órgãos que apresentassem os empenhos de maiores valores, de forma a se chegar a uma representação razoável. As somas dos empenhos relacionados nas notas de auditoria correspondem a R\$ 102.344.393,15 em 2012 e R\$ 16.872.580,87 em 2013. Foram enviadas notas de auditoria para 16 unidades gestoras, solicitando informações sobre a existência de termo contratual ou justificativa para sua ausência.

44. Para emissão das notas de auditoria, além de serem consideradas as notas de empenho de maiores valores, levou-se em conta ainda os fornecedores/credores também com maiores valores recebidos ou a receber (PT VI, às fls. 88/94 e PT VII, às fls. 95/99), havendo um cruzamento entre as tabelas.

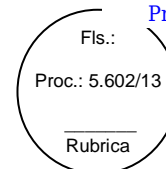
45. O PT VIII (fls. 624/625), demonstra quadro-resumo das notas enviadas aos órgãos.

46. Quando da filtragem de banco de dados com base nos eventos de lançamento contábeis relacionados no § 25, ou seja, Despesas de Exercícios Anteriores, chegou-se ao número de 23 empenhos, divididos em 3 (três) Unidades Gestoras: Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.

47. O PT IX (fls. 626), demonstra quadro-resumo das notas de auditorias enviadas aos órgãos, referentes à despesas de Exercícios Anteriores.

1.8 Critérios de auditoria

48. Os critérios utilizados na presente auditoria foram extraídos da Lei nº



8.666/93: art. 60, parágrafo único (contrato verbal, para compras que não ultrapassem R\$ 4.000,00); art. 62; caput (substituição do termo de contrato por documento equivalente, caso o valor da contratação fique abaixo de R\$ 80.000,00, para compras e serviços ou R\$150.000,00 para obras e serviços de engenharia) e § 4º (compra com entrega imediata e integral). Além de medidas que diminuam a incidência de despesas sem cobertura contratual.

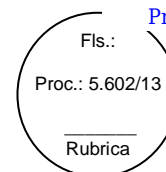
1.9 Avaliação de Controle Interno

49. O complexo administrativo do DF, como demonstrado anteriormente, apresenta uma composição de 219 unidades gestoras (UGs), que realizam despesas das mais simples, como compra de material de consumo, até gastos mais complexos como construções civis e amortização de empréstimos. Os gastos públicos realizados pelo GDF, num contexto geral, apresentam variação de objeto considerável, que passa por compra de medicamentos e equipamentos hospitalares, vigilância e segurança patrimonial, tecnologia da informação, publicidade, entre outros.

50. Além da elevada quantidade de gastos, outro fator a ser considerado na análise do risco inerente é a sua materialidade. Os valores demonstrados anteriormente evidenciam que a materialidade é significativa. Nesse contexto, o Risco Inerente pode ser considerado elevado.

51. Embora a eficiência contábil do SIGGO, o estabelecimento de procedimentos e normas contábeis pela Secretaria de Estado de Fazenda do DF e a utilização de eventos contábeis bem específicos demonstrem a existência de sistema de informação adequado ao controle deste tipo de despesa, trabalhos anteriores realizados por esta Corte já demonstraram a existência de despesas sem cobertura contratual fora das hipóteses legais no complexo administrativo do DF, evidenciando falhas nos controles internos. Sendo assim, entende-se o controle interno como adequado.

52. Levando-se em consideração que o risco inerente é elevado e o controle interno é adequado, entende-se que o risco de auditoria é moderado.



2 Resultados da Auditoria

2.1 QA 1 – Afora o legalmente autorizado, são realizadas despesas sem amparo contratual, de forma abrangente, no Complexo Administrativo do DF?

Não. As despesas identificadas sem amparo contratual são pontuais e estão concentradas na Secretaria de Saúde, sem evidências de que constituam um problema sistêmico e abrangente no Complexo Administrativo do DF.

53. O PT VIII (fls. 624/625), demonstra quadro-resumo com as respostas às notas de auditorias enviadas aos órgãos.

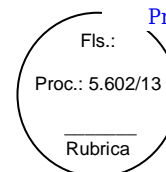
54. Desse quadro, constatou-se que a maior parte das despesas relacionadas nas notas de auditoria foi amparada em termos contratuais.

55. Para aquelas despesas que não foram amparadas em contrato, foram apresentadas suas justificativas, por isso merecem destaque na análise de suas respostas. São as despesas realizadas pelo DETRAN/DF, pela Administração Regional de Varjão e PM/DF.

56. Quanto à despesa realizada pelo DETRAN/DF, ficou comprovado que se tratava de despesa enquadrada na hipótese do § 4º, do artigo 62, da Lei nº 8.666/93, ou seja, dispensa do termo contratual e sua substituição por nota de empenho, nos casos de compra com entrega imediata e integral do bem adquirido. Tratava-se de compra de equipamento medidor de velocidade estático portátil a laser (radar de velocidade) em quantidade de 6 unidades (fls. 257). O termo de referência previa que a garantia dos equipamentos adquiridos era prestada pela fabricante, não restando à empresa fornecedora nenhuma obrigação futura ou de assistência técnica (fls. 253/256).

57. No que se refere à Administração Regional do Varjão, trata-se de despesa relacionada à contratação e execução de shows e eventos pela Secretaria de Cultura do DF. Cabe destacar o fato de o processo nº 0303.000.057/2012 encontrar-se na PCDF/DECAP, após ter sido, recentemente (mês de setembro), objeto de análise pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle (fls. 189/191). Destarte, considerando os órgãos que acompanham o processo, e as possíveis sanções que podem ser aplicadas, afastou-se essa despesa da presente auditoria.

58. Em relação às despesas realizadas pela Polícia Militar do DF, não foi possível identificar, de início, que se tratavam de despesas que deviam ser excluídas do escopo da auditoria, vez que se referem a prestadores voluntários de serviços - PVS, que foram aprovados em processo seletivo simplificado, nos termos da Lei Distrital nº 3.398/2004 de 30 de julho de 2004 e do seu Decreto regulamentador, item I, art. 12 do Decreto 28.362 de 18 de outubro de 2007, admitidos para prestação de serviço na Polícia Militar do Distrito Federal no período



de 24/03/2010 até 15/03/2012 (fls. 182/183).

59. Diante do exposto, concluiu-se que, com base nas respostas às notas de auditoria apresentadas pelas UGs, a maior parte das despesas identificadas e analisadas nesta auditoria apresentava a devida cobertura contratual.

60. A exceção a ser feita é a Secretaria de Saúde que, localizados os problemas e emitidas as Notas de Auditoria nºs 10 (fls. 618/623), 18 (fls. 615/615) e 21 (fls. 623/626) com os pedidos de informações, não enviou os devidos esclarecimentos.

61. Assim, as despesas sem cobertura contratual identificadas na SES não foram justificadas até o encerramento do presente trabalho (10/12/2013), constituindo o achado nº 1. Destaca-se, entretanto, que nova oportunidade será concedida ao gestor para explicar a situação com o envio do Relatório Prévio àquela Secretaria. Nova avaliação será feita na elaboração do Relatório Final.

62. Também, ficou constatado que a irregularidade que ocorre de forma abrangente no GDF refere-se a erro na contabilização das despesas, assunto que será tratado no Achado nº 3.

2.1.1 Achado 1 – Realização de despesas sem cobertura contratual na Secretaria de Saúde

Critério

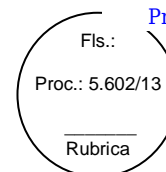
63. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação. Art. 62; caput (substituição do termo de contrato por documento equivalente, caso o valor da contratação fique abaixo de R\$ 80.000,00, para compras e serviços ou R\$150.000,00 para obras e serviços de engenharia) e § 4º (compra com entrega imediata e integral).

Análises e Evidências

64. Conforme Notas de Auditoria nºs 10 e 18 (fls. 614/615; 618/622), foram identificados 110 empenhos da Secretaria de Saúde, contabilizados no SIAC/SIGGO como despesas sem cobertura contratual.

Causas

65. Considerando a ausência de informações por parte da Secretaria de Saúde, ficou comprometida a análise das causas do achado.



Efeitos

66. Exposição da Administração Pública aos riscos inerentes à falta de termo contratual que estabeleça a correta execução dos gastos públicos. Comprometimento do controle da correta execução da despesa.

2.2 QA 2 – Caso identificadas despesas sem cobertura contratual, os órgãos vêm tomando medidas para solucionar o problema?

Sim. Com a exceção da Secretaria de Saúde, as demais UGs analisadas vêm adotando medidas para solucionar o problema de despesas realizadas sem o amparo de termo contratual.

67. As despesas identificadas nesse achado, referem-se àquelas enviadas nas notas de auditoria relacionadas às Despesas de Exercícios Anteriores, conforme PT IX (fls. 626), bem como as despesas da Secretaria de Saúde (achado nº 1).

68. O PT IX (fls. 626), demonstra quadro-resumo com as respostas às notas de auditorias enviadas aos órgãos, referentes às despesas de Exercícios Anteriores.

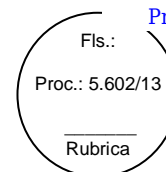
69. Desse quadro e do PT VIII (fls. 624/625), pôde-se perceber que, das Unidades Gestoras objeto de análise, somente em três delas foram identificadas despesas realizadas sem cobertura contratual. São as Secretarias de Estado de Saúde, de Educação e de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.

70. Da Secretaria de Estado de Educação foram solicitadas informações referentes aos empenhos de números: 2013NE02718, 2013NE00882, 2013NE00771 e 2013NE00878. A resposta então enviada, além de prestar as devidas informações sobre os referidos empenhos, ainda relacionou outros que haviam sido apresentados quando respondera a Nota de Auditoria nº 01-E, ainda na fase de planejamento desta auditoria (fls. 37).

71. Esses empenhos referem-se a: reajustes de contratos, aquisições de pronta entrega, serviço de telefonia fixa, decisão do TCDF (Decisão 6705/2012 - Devolução de glosa), transporte escolar com cobertura contratual e utilização de imóveis (aluguel). Este último, merecedor de destaque, pois os demais, por si só, se excluem do escopo desta auditoria.

72. O aluguel do imóvel era alicerçado no contrato nº 43/2008 e 2º termo aditivo (processo nº 080.006.326/2007). Porém, quando da assinatura do 3º termo aditivo, foi solicitado, pelo então proprietário do imóvel, alteração do locador pessoa física para pessoa jurídica. E, devido à falta de comprovação da transferência de titularidade do imóvel, não houve a respectiva assinatura de termo aditivo.

73. Diante disso, o imóvel situado à QS 104, Conjunto 05, Lote 01, Samambaia – DF foi utilizado sem cobertura contratual no período de 01/02/2011 à



20/01/2013. Situação regularizada no presente exercício por meio da celebração do contrato nº 10/2013.

74. Quanto à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, as despesas realizadas sem cobertura contratual também se referem a aluguel de imóvel (fls. 553/556), os quais foram objeto de reconhecimento de dívida. A situação foi regularizada em janeiro do presente ano, com a cessão de espaço dentro do Shopping Popular de Ceilândia, pela Administração Regional de Ceilândia, a fim de alocar a unidade do “Na Hora Ceilândia”.

75. O que impossibilitou a renovação contratual por meio de aditivo foi o fato de a locadora do imóvel não ter apresentado em tempo hábil as alterações exigidas pela AGEFIS, conforme Laudo de Vistoria nº 15/2010 (fls. 570/583).

76. Assim sendo, considerando que a presente auditoria tem um enfoque macro (GDF como um todo) e que essas irregularidades identificadas são pontuais e, considerando, ainda, que as medidas saneadoras foram tomadas, entendeu-se, por melhor, não classificá-las como achados.

2.2.1 Achado 2 – As medidas saneadoras adotadas pela SES não foram suficientes para resolver definitivamente as despesas sem cobertura contratual.

Critério

77. Medidas que diminuam a incidência de despesas sem cobertura contratual, ou que a corrijam, no sentido de celebrar, ao menos, o contrato emergencial, concomitantemente à publicação de instrumento convocatório de licitação para o objeto da despesa.

Análises e Evidências

78. Em relação à Secretaria de Estado de Saúde, até a presente data, a jurisdicionada não apresentou as informações solicitadas nas notas de auditorias nºs 10 e 18.

79. Merece destaque o fato de o exame das etapas de Seleção, Programação e Aquisição de Medicamentos terem sido objeto de Auditoria Integrada na Política de Assistência Farmacêutica (Processo nº 5504/11), cujo Relatório Prévio de Auditoria foi emitido em 31/10/12, e as considerações da jurisdicionada estão sob análise deste Tribunal.

80. Destaca-se ainda, o fato de que o exame dos contratos de prestação de serviços de vigilância patrimonial naquela Secretaria foi objeto do Processo nº 34934/11, cujo relatório final de auditoria foi emitido em 28/08/13, com achados como: serviços prestados sem cobertura contratual e inobservância de requisito legal para a formalização de contratos emergenciais, além de outros.


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AUDITORIA

TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fls.:

Proc.: 5.602/13

Rubrica

81. O referido Relatório Final de Auditoria apresentou o seguinte quadro:

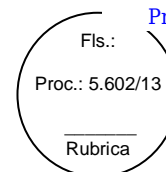
Empresa	Contrato	Período do Contrato		Período Sem Contrato		
		Início	Fim	Início	Fim	Qtd. Dias
Confederal Vig. Transp. Valores Ltda.	97/2004 (11ª TA)	14/10/2004	13/10/2010	14/10/2010	28/10/2010	15
	89/2010	29/10/2010	26/04/2011	-	-	-
	28/2011	27/04/2011	24/10/2011	25/10/2011	02/11/2011	9
	148/2011	03/11/2011	30/04/2012	01/05/2012	-	(*)
Ipanema Segurança Ltda.	98/2004 (11ª TA)	14/10/2004	13/10/2010	14/10/2010	28/10/2010	15
	88/2010	29/10/2010	26/04/2011	-	-	-
	24/2011	27/04/2011	24/10/2011	25/10/2011	02/11/2011	9
	146/2011	03/11/2011	30/04/2012	01/05/2012	-	(*)
Ipanema Segurança Ltda. (Saúde da Família)	51/2010	10/06/2010	06/12/2010	-	-	-
	107/2010	07/12/2010	05/06/2011	-	-	-
	68/2011	06/06/2011	02/12/2011	03/12/2011	05/12/2011	3
	193/2011	06/12/2011	02/06/2012	03/06/2012	-	(*)
Brasília Empresa de Segurança Ltda.	99/2004 (12ª TA)	14/10/2004	13/10/2010	14/10/2010	28/10/2010	15
	87/2010	29/10/2010	26/04/2011	-	-	-
	25/2011	27/04/2011	23/10/2011	24/10/2011	02/11/2011	10
	149/2011	03/11/2011	30/04/2012	01/05/2012	-	(*)

82. A análise dos dados acima demonstra que a prestação de serviço sem cobertura contratual ocorreu, em grande parte, no período entre a expiração da vigência de um contrato e a formalização de um novo ajuste. Os períodos variaram entre 3 a 15 dias.

83. Diante disso, a equipe técnica propôs à Secretaria de Saúde determinação para que desenvolva estudos com o objetivo de promover a melhoria do processo de contratação de serviços de natureza contínua, elaborando, por exemplo, plano de ação para suprir as frequentes correções de editais, aumentar a coordenação entre as unidades envolvidas, obter informações gerenciais atualizadas e disponibilizar crédito orçamentário suficiente, de modo a garantir que as licitações sejam concluídas em tempo razoável, valendo-se, caso entenda pertinente, da expertise da equipe que compõe a Subsecretaria de Modernização da Gestão, vinculada à Secretaria de Planejamento e Orçamento do DF.

84. Durante o decorrer da presente auditoria, quanto aos serviços de vigilância, a Secretaria de Saúde celebrou os contratos emergenciais com as empresas Brasília Empresa de Segurança Ltda (contrato nº nsº 177/13, à fl. 627); Lema Segurança Ltda (contrato nº 178/13, à fl. 627); Confederal Vig. Transp. Valores Ltda (contrato nº 189/13, às fls. 628/629); e Ipanema Segurança Ltda (contrato nsº 182/13, 183/13, 184/13 e 185/13, à fl. 630). A iniciativa merece destaque e demonstra a efetividade da abordagem realizada durante os trabalhos, revertendo situação que perdurava desde junho de 2012.

85. Conforme estabelecido no critério, além do contrato emergencial, necessário se faz dar início à licitação (fase externa). Observou-se que o processo



nº 060.009.755/2009, versando sobre a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de segurança, apesar de haver tramitado por diversos setores da SES/DF, conforme consulta ao SICOP (às fls. 631/635), ainda não saiu da fase interna, sendo essa a pendência para se considerar adotadas as medidas necessárias à regularização. Destaca-se que o referido processo foi movimentado recentemente.

86. Diante do exposto, a irregularidade apontada foi apenas parcialmente solucionada consoante o critério de auditoria aqui adotado.

87. E, como relatado anteriormente, a SES/DF nada declarou quanto às demais despesas identificadas sem cobertura contratual, que podem vir a ser esclarecidas ou não, quando a referida Secretaria apresentar suas considerações sobre o presente relatório, na etapa que se segue.

Causas

88. Retardamento na realização de procedimento licitatório.

Efeitos

89. Exposição da Administração Pública aos riscos inerentes à falta de termo contratual que estabeleça a correta execução dos gastos públicos. Comprometimento do controle da correta execução da despesa.

2.3 Outros Achados

2.3.1 Achado 3 – Contabilização incorreta de despesas

Critério

90. No ato da celebração de convênios e outros instrumentos congêneres, bem como seus aditivos, as unidades gestoras deverão proceder ao cadastro e atualização no SIAC/SIGGO (Art. 34, Decreto nº 32.598/2010).

Análises e Evidências

91. Da análise das respostas apresentadas pelas UGs às notas de auditoria, as quais relacionavam os respectivos contratos que alicerçavam as despesas então questionadas, ficou evidente que ocorreram falhas no cadastro dos referidos contratos.

92. Os contratos celebrados pelas UGs devem ser previamente cadastrados no SIAC/SIGGO, quando então serão descritos seu prazo de vigência, valor e demais dados.

93. O quadro abaixo relaciona os eventos contábeis para registro prévio dos contratos no SIAC/SIGGO:



EVENTO	FUNÇÃO
57.0.642	REGISTRO DE CONTRATOS COM TERCEIROS REFERENTE A SEGUROS
57.0.643	REGISTRO DE CONTRATOS COM TERCEIROS REFERENTE A ALUGUÉIS
57.0.644	REGISTRO DE CONTRATOS COM TERCEIROS REFERENTE A FORNECIMENTO DE BENS
57.0.645	REGISTRO DE CONTRATOS COM TERCEIROS REFERENTE A EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS
57.0.646	REGISTRO DE CONTRATOS COM TERCEIROS REFERENTE A PESQUISAS CIENTÍFICAS
57.0.647	REGISTRO DE CONTRATOS COM TERCEIROS REFERENTE A OBRAS
57.0.648	REGISTRO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS COM TERCEIROS
57.0.649	REGISTRO DE CONTRATOS COM TERCEIROS REFERENTE A PARCERIA PÚBLICO PRIVADA - PPP

94. Ocorreu que, considerando as Unidades Gestoras selecionadas, 100% delas apresentaram a inconsistência contábil de não registrar previamente seus contratos.

95. Devido a essa falha, a extração de informações em banco de dados ficou prejudicada no sentido de haver um acréscimo de trabalho e tempo despendidos na análise de gastos que nem deveriam ser escopo desta auditoria. Se houvesse o devido cadastro dos contratos no SIAC/SIGGO, a maior parte das notas de auditoria enviadas às Unidades Gestoras nem seriam emitidas, visto que não seriam relacionadas entre as despesas realizadas com os eventos contábeis referentes à falta de cobertura contratual.

96. Percebeu-se que este tipo de inconsistência ocorre, principalmente, devido a negligência ou imperícia dos operadores do SIAC/SIGGO. Além disso, cabe ao controle interno estar atento a esse tipo de incoerência.

Causas

97. Conduta desidiosa dos operadores do SIAC/SIGGO. Falha no controle interno.

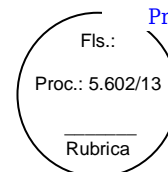
Efeitos

98. Comprometimento da fiscalização de convênios, de contratos e de outros instrumentos congêneres, bem como da exatidão dos registros contábeis e das demonstrações contábeis. Baixa confiabilidade dos dados produzidos pelo sistema contábil das entidades, com impacto sobre a contabilidade geral do GDF.

Brasília (DF), 10 de dezembro de 2013.

Túllio Herbeth Teixeira Moraes

Auditor de Controle Externo – 1.415-7



Informação nº: 40/2013 –SEAUD/ DIAUD3

Brasília (DF), 10 de dezembro de 2013.

Processo nº: 5602/2013 (4 volumes).
Jurisdicionada: Diversos órgãos do GDF.
Assunto: Auditoria de Regularidade
Montante em exame: R\$ 825.923.346,30
Ementa: Auditoria de regularidade. Relatório Prévio de Auditoria. Encaminhamento ao gestor para conhecimento e manifestação.

Senhor Diretor,

Em conformidade com o disposto no capítulo 6 do Manual de Auditoria do TCDF, aprovado pela Resolução nº 195, de 3.3.2009, na sua versão atualizada, apresenta-se a versão prévia do Relatório de Auditoria, realizada no âmbito do complexo administrativo do DF com o objetivo de verificar a existência de despesas sem cobertura contratual no complexo administrativo do DF nos exercícios de 2012 e 2013, buscando identificar suas causas, abrangência no âmbito distrital e as medidas efetivamente adotadas para solucionar o problema, para fins de encaminhamento aos gestores daquelas jurisdicionadas.

2. Espera-se, com isso, dar oportunidade aos gestores para que tomem conhecimento dos resultados da auditoria e se manifestem quanto à pertinência dos achados, seus critérios, suas evidências, suas causas e seus efeitos.

3. Ressalte-se que não constam do relatório prévio as indicações de responsabilidade, as conclusões, as considerações finais e as propostas de encaminhamento ao Plenário.

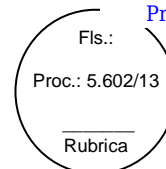
4. Assim, deve-se alertar aos gestores que o mérito dessa versão ainda será objeto de apreciação pelo Tribunal e que os esclarecimentos prestados serão considerados pela equipe técnica na avaliação da pertinência dos achados e na elaboração da versão final do Relatório de Auditoria.

5. Ante o exposto, com fulcro no item 6.2, 5º parágrafo, alínea “b”, do Manual de Auditoria, versão atualizada, sugere-se ao Excelentíssimo Senhor



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

e-DOC 5BB62FB2
Proc 5602/2013



Conselheiro Relator Paulo Tadeu Vale da Silva a remessa de cópia da versão prévia do Relatório de Auditoria nº 1.3007.13 (fls. 638/663) à Secretaria de Saúde, para conhecimento e manifestação, no prazo de 30 dias, acerca dos achados, critérios, evidências, causas e efeitos, fazendo constar, em caso de discordância, seus argumentos e eventual documentação comprobatória.

À superior consideração.

Túllio Herbeth Teixeira Moraes

Auditor de Controle Externo – 1.415-7